

A Marinha e a sua Participação nas Missões Internacionais da NATO*

Fernando Melo Gomes

Almirante

Chefe do Estado-Maior da Armada

Resumo

Este ensaio começa por analisar a relação entre a NATO e a Marinha Portuguesa no que concerne a importantes transformações operadas nos campos doutrinário e organizacional, na formação, no treino e nos procedimentos operacionais, que no seu conjunto foram determinantes para o incremento do prestígio interno e externo da Marinha Portuguesa. O autor destaca e caracteriza cinco períodos distintos da convivência da Marinha com a NATO com especial incidência no último período que teve início em 2002 e se tem estendido até ao presente, em que a NATO já não é apenas um seguro defensivo mas uma parceria de produtores de segurança sem fronteiras geográficas. O artigo conclui, referenciando os desafios actuais e reforçando a história de sucesso do relacionamento da Marinha com a NATO.

Abstract

The Navy and its Commitment in NATO's International Missions

The essay analyses the relationship between NATO and the Portuguese Navy. That relationship is responsible for several important transformations at doctrinaire and operational levels, as well as in learning, training and operational procedures. All of which are decisive to in enhancing the Portuguese Navy's internal and external reputation. The author emphasizes and characterizes five different periods of the Navy's relation with NATO, and it develops the last period, starting in 2002, where NATO is no longer a defensive insurance, but a partnership among security producers that are no longer bounded by geographical borders. It concludes with an overview of the present challenges and a positive evaluation of the commitment between the Portuguese Navy and the Atlantic Alliance.

* Transcrição da conferência apresentada no dia 26 de Março no âmbito do Seminário "Portugal e a Aliança Atlântica".

A adesão e a participação empenhada de Portugal numa organização político-militar com as características da NATO e o seu estatuto de membro fundador, produziram profundas mudanças no país e nas Forças Armadas portuguesas.

Não restam dúvidas de que o relacionamento entre a NATO e a Marinha foi responsável pelas importantes transformações operadas nos campos doutrinário e organizacional, na formação, no treino e nos procedimentos operacionais, os quais foram determinantes para o incremento do prestígio interno e externo da Marinha Portuguesa.

Se a política é a arte de transformar a percepção da realidade, o sucesso militar não dispensa o seu conhecimento. É nesta “nebulosidade” que vos darei a minha visão dos traços mais salientes do que foram “os 60 anos de convivência da Marinha com a Aliança”, dos quais testemunhei muito de perto os últimos 40. Neste rebuscar do passado recente, recolhi muita da minha inspiração nos textos da autoria do ilustre Director desta casa, Professor António Telo, nomeadamente na “História da Marinha Portuguesa, Homens, doutrinas e organização; 1924/1974 (Tomo I)”.

Nos 60 anos de convivência da Marinha com a NATO atrevo-me a identificar cinco períodos distintos: o primeiro, de **adaptação**, desde a fundação em 1949 até ao início dos anos 60 e da Guerra Ultramarina; o segundo, de **evolução** de duas Marinhas, uma virada para África e outra mais afecta à NATO, desde os anos 60 até 1975, marcado pelo período da descolonização; o terceiro, de **declínio e ressurgimento**, desde 1975 até aos anos 90 com o fim da Guerra Fria; o quarto, de **consolidação**, dos anos 90 até aos atentados do 11 de Setembro de 2001 e, por último, o quinto, de 2002 até hoje, com a **preocupação crescente de segurança**.

Primeiro Período: Fundação até ao Início dos Anos 60 – Adaptação

Como estávamos nós em 1949? Ao nível do pensamento estratégico militar, dá-se o choque entre a perspectiva de defesa da Península Ibérica nos Pirenéus, baseada em forças terrestres robustas, com cerca de 15 Divisões, e a da Aliança, sustentada num plano de defesa com projecção aeronaval e que incluía 67 navios.

Para a Aliança, o Atlântico português reveste-se de grande importância para a estratégia anglo-americana do pós-guerra, assente na ligação USA/Europa, Açores/Madeira/Continente (visão aeronaval) e nas linhas vitais de reabastecimento através do Atlântico Norte/Sul e ainda no acesso ao Mediterrâneo. Portugal é, assim, uma plataforma giratória logística de retaguarda e de apoio ao combate à ameaça submarina nas *Sea Lines Of Communication* (SLOC), o que impõe, designadamente, a necessidade de proteger e sustentar os portos (minas) e os aeródromos.

Em 1949 a Marinha tinha 8000 homens, 13 escoltas (cinco contra-torpedeiros, seis avisos e duas fragatas), seis escoltas costeiros, seis submarinos, 40 auxiliares e 90 aeronaves, fruto do plano de reapetrechamento dos anos 30. Não havia um plano central de sustentação e modernização, pelo que a renovação da esquadra era fruto das circunstâncias e de meios e facilidades concedidas pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos da América (EUA).

A inserção na NATO leva a Marinha a adaptar-se. Ao nível da doutrina desaparecem os núcleos próprios do poder naval e integram-se os planos NATO. Ao nível da organização não existia Ministro da Defesa, havendo autonomia dos dois ministérios então existentes: da Marinha e do Exército. Com a adesão à NATO cria-se a necessidade de umas Forças Armadas independentes e de um Ministério da Defesa único, como órgão político de coordenação, e de uma Secretaria de Estado por ramo.

A Marinha enfrenta sucessivas reorganizações entre 1952 e 1955, sublinhando-se a criação do cargo de Chefe do Estado-Maior da Armada, à semelhança do que existia em países da NATO. Deu-se a criação da Força Aérea, que não deixou de envolver alguma polémica.

Ao nível da esquadra, em dez anos (1950-1960), dá-se uma mudança radical na Marinha. Surgiram as primeiras ajudas significativas em meios navais, a maioria proveniente dos EUA, em resultado da cedência dos direitos de utilização da Base das Lajes. Os navios existentes ainda eram dos anos 30, não compatíveis com os requisitos da NATO, cujas prioridades estavam focadas na defesa anti-submarina e na guerra de minas para defesa dos portos. Houve a necessidade de uma integração harmoniosa no *Medium Term Defence Planning* da NATO e são modernizados os avisos e os contra-torpedeiros, adquiridos quatro Draga-Minas Oceânicos, oito Escoltas Costeiros (Patrulhas Franceses) e três Escoltas Oceânicos (Álvares Cabral, Diogo Cão e Pero Escobar).

A operação destes meios navais exigiu a integração de novas técnicas, implicou a especialização dos recursos humanos e a adopção de novos sistemas de formação, incluindo a formação de formadores e a formação permanente, desenvolvendo-se um moderno sistema de partilha de responsabilidades funcionais, reformulando mentalidades e alterando atitudes a todos os níveis. Os métodos de treino e os procedimentos são importados da experiência vivida na NATO.

A área das comunicações sofre uma enorme evolução, quer em terra, quer no mar, dando à Marinha uma liderança nesta matéria, que foi, e ainda é, reconhecida a nível nacional. Foi criado o Centro de Comunicações da Armada e uma enorme rede de Estações Radionavais no Continente, Açores, Madeira e Ultramar, o que permitiu comunicações fiáveis com qualquer ponto do “império”. A área logística

foi também palco de grandes construções, de que são exemplo os depósitos de munições e combustíveis de Lisboa e Ponta Delgada. A componente aeronaval sofreu um grande desenvolvimento e melhoria da cooperação, pela utilização das bases do Montijo, Lajes e Ovar.

A criação da Força Naval da Metrópole, do Agrupamento de Instrução e a realização de exercícios navais em águas portuguesas, materializaram o início da preparação da Marinha para os grandes exercícios da NATO.

No entanto, a situação na Índia e a guerra de África ditaram o afastamento progressivo dos EUA e do Reino Unido, mantendo-se algum apoio da França e Alemanha. Não obstante, a Marinha procurou manter um contacto estreito com a Aliança, de onde recebia os conhecimentos conceptuais e práticos, indispensáveis à sua actualização.

Segundo Período: Início do anos 60 até 1975 – Evolução

A década de 60 e o período da Guerra de África caracterizaram-se pela capacidade da Marinha responder, em simultâneo, aos compromissos assumidos com a NATO e às solicitações decorrentes do conflito colonial, que mobilizou todo o poder naval para actuar em terra, nos rios e no mar. Este duplo empenhamento das forças navais, levou ao lançamento de um plano de aquisição e construção de navios, para o emprego no âmbito da Aliança e em África. Na Aliança, acima do trópico de Câncer, com as fragatas “Pereira da Silva”, 16 draga-minas e oito patrulhas costeiras. Em África, com dezenas de lanchas e navios patrulha, a designada poeira naval, que acarretava um esforço de sustentação e de apoio logístico muito significativos, para além do empenhamento das companhias e destacamentos de fuzileiros. Havia ainda os meios de uso duplo, constituídos pelas quatro fragatas da classe “Comandante João Belo” (adquiridas mais tarde), dez patrulhas da classe Cacine, dez corvetas da classe “João Coutinho” e “Baptista de Andrade” e quatro submarinos.

Para além disso, na área do Fomento Marítimo, a Marinha mantinha as actividades de fiscalização das frotas de pesca, comércio e recreio. O esforço na hidrografia estendeu-se a todas as partes do território. Em suma, a Marinha tinha em todos os teatros cerca de 16.000 homens, o que representava um esforço assinalável.

Em relação à NATO, apesar do envolvimento no Ultramar, a Marinha participou em inúmeros exercícios internacionais, especialmente na luta anti-submarina, na cooperação aeronaval e no emprego de dragaminas e submarinos, o que permitiu uma evolução significativa em termos da interoperabilidade, doutrina, técnicas e

procedimentos, consubstanciando um enorme salto operacional. Em 1968 foi formalmente activada a Força Naval Permanente do Atlântico (STANAVFORLANT), tendo a participação de Portugal sido imediata, já que, a partir de 1969, a Marinha iniciou uma contribuição regular com as fragatas da classe "Almirante Pereira da Silva".

Em 1971 o COMIBERLANT foi transferido de Mem-Martins para Oeiras e assiste-se a uma crescente presença de militares da Marinha nas estruturas militares da Aliança, num claro reconhecimento das suas capacidades técnico-profissionais.

O facto de se admitir um conflito armado entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, envolvendo as duas super-potências mundiais, orientou o esforço das respectivas Marinhas para as operações de vigilância mútua, conferindo a máxima profundidade possível aos respectivos dispositivos defensivos e sistemas de alerta, bem como para o desenvolvimento de planos de operações que previssem a eventual confrontação directa no mar. Entre as várias missões sublinham-se a presença naval, a escolta a porta-aviões e forças anfíbias, a luta anti-submarina, a protecção de portos e a avaliação de tácticas experimentais.

No essencial, tratava-se de um dispositivo, estratégica e operacionalmente complementar, embora pouco sinérgico, devido às inúmeras lacunas de interoperabilidade ainda existentes entre os intervenientes, nos diversos ambientes da batalha. Neste âmbito, foi igualmente importante para as forças da Marinha o contacto com os processos de consulta e de decisão estratégica que eram necessários estabelecer para a eventual aplicação da força. Assim, durante múltiplos exercícios e cenários, eram jogadas regras de empenhamento, ainda que numa forma pouco elaborada, mas muito útil.

Para a Marinha, os anos 70 viriam a ser caracterizados pelo desafio tecnológico resultante da utilização dos novos meios navais, complementados por uma grande participação, aprendizagem e visibilidade na NATO.

Mas as dificuldades no Ultramar acentuam-se, especialmente na Guiné, onde a Marinha tinha um papel essencial. Muito do que aprendemos na NATO adaptávamos ao cenário Africano, proporcionando boa interoperabilidade entre as unidades da Força Aérea e as unidades navais.

Terceiro Período: 1975 a 1990 – Declínio e Ressurgimento

Este período é marcado por um início conturbado, na sequência da Revolução de Abril e da descolonização. Surgiram dificuldades de relacionamento com a NATO, patentes na limitação de acesso à documentação classificada das áreas mais sensíveis.

Com o fim do empenhamento em África, a Marinha assumiu a ambição nacional de desempenhar as missões na NATO, designadamente na STANAVFORLANT, com muito maior consistência. Todavia, a idade e o atraso tecnológico (interoperabilidade de sensores, armas, etc.) das fragatas da classe “Pereira da Silva”, limitava o produto operacional e dificultava a melhor integração na força.

Nos anos 80 dá-se a substituição das fragatas da classe “Almirante Pereira da Silva” pelas da classe “Comandante João Belo”. Embora fossem navios desenhados para o cenário do Ultramar, permitiram manter a integração regular na STANAVFORLANT e garantir o fluxo da transferência de saberes e experiências.

Em África dilui-se a poeira naval. No continente é eliminada a capacidade de rocega de minas, aliás nunca recuperada, verifica-se o progressivo envelhecimento dos meios, não há investimento e, portanto, a possibilidade de se fazerem grandes modernizações a meio da vida dos navios.

A nível nacional, a Constituição da República sofre alterações. Na sequência da revisão constitucional de 1982 é promulgada a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, que determinou mudanças no enquadramento das Forças Armadas no Estado, no quadro da normalidade democrática.

Quarto Período: Anos 90 até ao 11 de Setembro de 2001 – Consolidação

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o fim da Guerra Fria, a NATO reajustou o seu conceito estratégico. Passava-se então de um conceito restrito de defesa, associado à resposta flexível, para um conceito alargado de segurança visando a prevenção de conflitos, sentindo-se a crescente diluição do conceito de fronteira. Com a declaração de Londres de 1990 dá-se a abertura a Leste, levando ao desanuviamento e cooperação. Cresce o número de Aliados e cria-se um quadro alargado de parceiros, o que aumentou significativamente a complexidade dos dispositivos das forças navais. Aprofundaram-se as capacidades de coordenação, surge a ideia das operações *out-of-area* e o conceito operacional da CJTF a partir do mar.

Internamente, ocorrem diversas revisões do conceito estratégico em 1989, 1994 e 1998, ano em que foram aprovados o Sistema de Forças Nacional, as Missões das Forças Armadas e a Lei de Programação Militar.

A Lei Orgânica da Marinha (LOMAR), em 1993, remodela a estrutura operacional dando maiores responsabilidades ao Comando Naval. Surgem os Comandos Administrativos e a Flotilha (responsável pelo treino) e as diversas esquadrilhas. A Superintendência dos Serviços de Material integra o Arsenal do Alfeite e é criado um órgão para gerir a informação e os indicadores de Gestão, entre outros.

A Marinha dá um enorme salto organizacional e em meios navais. O reabastecedor Bérrio substitui o S. Gabriel, já obsoleto, mas a década de 90 ficará inegavelmente marcada na história do empenhamento da Marinha na NATO, pela utilização das modernas fragatas da classe "Vasco da Gama", com helicópteros orgânicos, e a evolução tecnológica que tal representou.

As novas fragatas eram navios ao nível do melhor que havia. Todavia, importava esperar pelo resultado do esforço de formação e treino para se imprimir uma mudança dos padrões de proficiência. Foi também empreendida a avaliação interna e externa, esta última com o recurso ao *Flag Office Sea Training* (FOST), que somente alguns países se atreviam então a frequentar. Esta acção incluiu uma parceria com a Marinha do Reino Unido, que desde então tem perdurado com resultados de excelência.

O sucesso alcançado ficou comprovado com a primeira atribuição das fragatas "Vasco da Gama" à STANAVFORLANT, em 1992. Diria que ao nível da NATO, ascendemos de "divisão", tornámo-nos parceiros política e militarmente credíveis.

Ficavam assim reunidas as condições para que Portugal assegurasse, por um período de um ano, o Comando da Força. No entanto, em termos logísticos, esta tarefa não foi fácil, dada a exigência de redundância de meios e os elevados padrões de prontidão.

Foi necessário reorganizar os serviços de bordo, tendo sido adoptados novos padrões de formação. Por outro lado, a Marinha activou a Esquadilha de Helicópteros com o apoio da NATO, situada na BA6 no Montijo, ainda hoje um exemplo modelar de parceria com a Força Aérea Portuguesa.

Assim, a três anos de distância, Portugal assumiu o compromisso de comandar a STANAVFORLANT perante o SACLANT, iniciando um processo específico de planeamento e preparação que se viria a concluir em Abril de 1995, com a entrega do comando ao então CALM Reis Rodrigues. Durante este período de comando nacional (1995/1996) a força esteve em operações reais com notáveis desempenhos, em particular na operação de interdição marítima no Adriático em 1995. No plano operacional, esta operação envolveu a participação nacional de três fragatas como navios-chefe (onde estive como comandante da "Corte Real"), um submarino e um reabastecedor de esquadra, perfazendo 467 dias de missão e 654 horas de voo dos helicópteros, tendo constituído um verdadeiro balão de ensaio para parte importante das operações da actualidade, designadamente:

- 1) na obtenção de um panorama marítimo reconhecido e partilhado entre as forças no mar e os comandos operacionais em terra;
- 2) na condução de operações de interdição marítima com abordagem a navios mercantes por equipas de vistoria e segurança militar utilizando meios aquáticos e helicópteros;

- 3) e na capacidade de manter um dispositivo de resposta militar robusto para impor um bloqueio total no limite das águas territoriais de um Estado beligerante, cujas forças incluíam submarinos e defesas costeiras.

O sucesso desta operação teve consequências na assinatura do Acordo de Dayton pelas partes beligerantes e no levantamento faseado do bloqueio total à costa do Montenegro.

Por tudo isto, pode dizer-se que a entrada ao serviço das fragatas da classe "Vasco da Gama" foi a alavanca que permitiu um salto qualitativo na Marinha, só comparável à revolução de mentalidades ocorrida na década de 50, tendo contribuído para um prestígio nacional, sem precedentes, no seio das forças navais da Aliança.

Os Fuzileiros também mudaram. Foram reequipados ao nível do C3 e diverso outro material, foi criado o destacamento de acções especiais, aumentaram a flexibilidade, a modularidade e desenvolveram técnicas de abordagem com o emprego no Adriático. Na NATO, no âmbito do processo de estabilização da República da Bósnia-Herzegovina, a Companhia de Fuzileiros 21 e elementos de comando e serviços integraram o Agrupamento Conjunto Alfa BLI, apoiando o esforço terrestre cometido ao Exército, tendo este Agrupamento constituído a força de reserva do COMSFOR durante o período da missão. Este foi o seu único empenhamento na NATO, embora no plano nacional as forças de Fuzileiros tenham sido empregues com regularidade e estado presentes em missões no Congo/Moçambique/Guiné, etc. No entanto, dadas a suas capacidades e prontidão, considero que têm sido utilizados aquém do desejável.

Em 1998, a Marinha empenhou parte significativa das suas capacidades no exercício *Strong Resolve*, o maior de sempre da NATO, que dispôs de um Quartel-general a bordo do USS *Mount Whitney*. O cenário de crise na região sul da Aliança desenvolveu-se, sobretudo, na área do IBERLANT e no Mediterrâneo, com grande intervenção do CINCIBERLANT.

Em resposta aos atentados de 11 de Setembro de 2001, a NATO encetou um profundo processo de transformação, adaptando as suas capacidades para fazer face às novas ameaças.

Foi neste âmbito que foi lançada no Mediterrâneo a operação *Active Endeavour*, de carácter essencialmente naval e que contou com várias participações dos navios da STANAVFORLANT, nomeadamente por ocasião do segundo comando português desta força, entre Março de 2001 e Março de 2002, que tive a honra de protagonizar.

Foi a bordo da fragata "Côrte-Real", o navio-chefe da STANAVFORLANT, que acompanhei os acontecimentos que levaram, pela primeira vez na história da Aliança, um dos seus Estados membros a invocar o Artigo 5.º do Tratado de

Washington, na interpretação de que um ataque ao seu território constituiria um ataque a todos os Estados membros, pelo que a resposta militar deveria ser no quadro da defesa colectiva. Na ocasião, a Força foi deslocada para o Mediterrâneo Oriental, tendo então integrado o maior número de unidades de sempre – 15 navios –, o que permitiu ter o controlo efectivo de toda a área de operações, de Creta à Turquia, com aeronaves e submarinos em apoio.

A operação *Active Endeavour*, ainda em curso, representa, de uma forma precursora, o esforço militar da NATO na Guerra Global Contra o Terrorismo, com o objectivo de controlar as principais rotas comerciais e, assim, prevenir atentados terroristas no ambiente marítimo, tráfico de armamento e proliferação de armas de destruição em massa. Desde o início, temos empenhado todos os anos uma fragata nesta operação.

Quinto Período: 2002 até Hoje – Preocupação Crescente de Segurança

Em 2002, com a Declaração da Cimeira de Praga e a reorganização transformacional da estrutura de comando da NATO, que teve lugar no ano seguinte, estabelecendo os *Allied Command for Operations*, os *Allied Command for Transformation* e os *Joint Force Commands*, surgem novas visões relativamente aos conceitos de emprego das forças, incluindo a criação da *NATO Response Force* (NRF) e metodologias de planeamento com base em capacidades.

Os grandes objectivos para a manobra estratégica passam a centrar-se no desenvolvimento de forças expedicionárias, na identificação, criação e exploração de efeitos militares, em articulação dinâmica com efeitos não militares e na obtenção de informação e conhecimento sobre o espaço de envolvimento marítimo em que as forças irão actuar. Surge o designado *Comprehensive Approach*, concebido para centrar todo o potencial da Aliança numa só finalidade, obtendo sinergias decorrentes da cooperação interagência.

No essencial, assiste-se à diluição de uma parte da fronteira entre segurança interna e externa, tornando necessário promover a transformação das forças para se ajustarem à nova realidade. No que respeita às forças navais, procedeu-se ao apuramento do conceito de operações de interdição marítima, ao planeamento por capacidades, contemplando o seu duplo uso, e ao desenvolvimento das chamadas operações de segurança marítima, projectando forças para áreas fora do espaço normal de operações.

A NATO já não é apenas um seguro defensivo mas uma parceria de produtores de segurança (onde quer que seja) e sem fronteiras geográficas!

Caminha-se para uma nova visão naval, com a discussão da *Alliance Maritime Strategy* (Janeiro 2010), estando em progresso o desenvolvimento de um novo conceito para *Maritime Security Operations*, com ênfase na segurança para fazer face às novas ameaças e riscos no mar.

Internamente, desenvolvem-se nos Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional em Janeiro de 2003, o Conceito Estratégico Militar em Janeiro de 2004, as Missões Específicas das Forças Armadas em Outubro de 2004, o Sistema de Forças Nacional em 2004/05 e o Dispositivo de Forças em 2007. A Reorganização da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas (RESFA) tem estado a decorrer em 2008/2009. Estamos aparentemente actualizados no calendário, mas não nas mentalidades. Os conceitos básicos necessitam de tempo e reflexão para que se concretizem. Não basta a sua invocação. Temos que dar tempo para que sejam interiorizados.

A Marinha continuou a participar na força NATO, agora designada por *Standing NATO Maritime Group One* (SNMG1), pese embora se comece a notar alguma desactualização das fragatas da classe Vasco da Gama, em particular no sistema de combate.

Ao nível dos exercícios, o enfoque tem sido dado na segurança e cooperação internacional.

Criou-se o COMAR, um centro operacional de coordenação marítima, onde pela primeira vez todos os actores com intervenção no mar se juntam em paridade para coordenar acções, permitindo, ainda, a ligação a organizações internacionais, entre elas, a própria NATO.

Como Vice-Almirante tive a honra de comandar a bordo do *USS Mount Whitney* o exercício Conjunto e Combinado de grande dimensão *Allied Action 05*, em que o *Joint Command Lisbon* foi certificado como Comando de nível operacional capaz de empregar a NRF, quando necessário.

Procurámos projectar Lisboa para sul (*Atlântico Moreno*) com o exercício *Steadfast Jaguar* em Cabo Verde e com o périplo pelo Continente Africano, efectuado em 2007, que contou com a participação da fragata “Álvares Cabral”. Desde Janeiro de 2009, coube a Portugal assumir pela terceira vez o comando desta força, através do CALM. Pereira da Cunha, missão que inclui um período de seis meses de integração na NRF e a condução de operações contra a pirataria na região do Corno de África e Golfo de Aden, a fim de proteger a livre circulação de navios nesta área do Globo.

Quanto aos fuzileiros, continuamos a participar em forças NATO e temos pontualmente elementos dos fuzileiros no Afeganistão.

Desafios actuais

Como a História Nacional bem demonstra, as duas opções estratégicas – Atlântica e Continental – são complementares; e o nosso passado colectivo só foi relevante quando Portugal funcionou como elo de uma cadeia aliada de interesses estratégicos de vária natureza, projectando-se em áreas onde o país tem capacidade e vontade para exercer significativa influência política, económica, cultural, militar, ou outra.

Para fazer face às novas perturbações da ordem internacional, as fronteiras da Aliança passaram a estar bem para além das fronteiras físicas dos seus aliados, tendo a NATO adoptado uma estratégia que visa reforçar o seu papel político e as suas contribuições para a segurança na Europa, em cooperação com outras organizações.

Como integramos os nossos interesses com os da aliança?

A minha visão é orientada para sul (Magrebe, CPLP, África), pois é aí, no *Oceano Moreno*, que marcamos diferença. Temos dependências mútuas: importamos 60% de gás e 40% de petróleo da Nigéria.

Portugal deverá continuar a ter meios prontos para responder às necessidades colectivas da NATO, interoperáveis ao nível doutrinário, técnico e procedimental. Há que investir, planeando recursos humanos e materiais.

Conclusões

Pode afirmar-se que as seis décadas passadas constituem efectivamente uma história de sucesso. O relacionamento da Marinha com a NATO foi responsável por importantes transformações, as quais foram determinantes para o incremento do prestígio interno e externo da Marinha Portuguesa. Mas a intensidade do convívio da Marinha com a NATO foi, e é, directamente proporcional à capacidade das nossas unidades, ao nível do material, do pessoal e do treino.

Ter uma Marinha é caro mas é muito mais caro não a ter num país que tem no mar a sua marca identitária e dele depende no jogo político, económico e estratégico.

A Marinha, ciente das suas responsabilidades no quadro dos compromissos do país para com a Aliança, continuará a empenhar-se com profissionalismo e querer, certa da sua importância na estratégia da afirmação de Portugal no Mundo.

Sempre pronta a honrar Portugal, onde necessário.